

# FÓRUM NACIONAL DE COORDENADORES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

**Local: Faculdade de Saúde Pública/USP**

**Data: 27 e 28 de abril de 2006**

## RELATÓRIO FINAL

**Relatores: João Henrique G. Scatena e Márcia Gomide**

### **27/04: SESSÃO DE ABERTURA**

**9:00 – 9:15 – Abertura**

**9:15 – 12:30 h. – Mesa Redonda**

**Tema:** Saúde Pública como campo do conhecimento, reflexões e perspectivas

**Expositores:** **Elizabeth Artmann – ENSP:** “Cenários para a Pós-graduação da ENSP”; **Augusta Thereza Alvarenga – FSP/USP:** “Reflexões sobre a Saúde Pública e a Saúde Coletiva: natureza e identidade” (material disponibilizado aos coordenadores, via e-mail).

### **Debate em Plenária**

[Cordoni] Instiga os colegas a comprar a briga com a Grande Área.

[Néia] Gostaria de saber um pouco mais acerca dessa “falta de identidade” que parece permear a área.

[Beth] Não é homogêneo esse sentimento. Há insegurança por parte de alguns atores. Mas uma boa parte deles acha que há uma identidade própria e que ela acompanha a modernidade. Em relação à fragmentação, a tendência histórica do conhecimento é se especializar. Não dá para fugir do que está acontecendo. A questão é: o que fazer em relação a isso? No estudo de cenários apresentado, primeiramente se coloca a situação atual e posteriormente se discute como articular e ter visibilidade. O que da lato sensu e da graduação tem que ser valorizado dentro do stricto sensu.

[Rubens] Olhar para a saúde pública como parte do pensamento crítico

[Malú] Recolocar em cena uma discussão que não foi adequadamente processada pela nossa área: “Saúde coletiva entendida enquanto sub-área da medicina”. Assumir a necessidade de encontrarmos uma resposta mais suficiente para as várias questões que nos são colocadas. Encaminhamento para o fórum: GT do Objeto ou GT da identidade. A questão da graduação em Saúde Coletiva como o obscuro objeto que nos cabe desvelar. É a partir dessa demarcação que nos cabe definir o que “é” e o que “não é” pertinente ao campo da saúde pública/coletiva.

[Rita] Quem está no campo sabe onde está e porque está. As “bordas” dele, no entanto, estão meio borradas. Existe uma necessidade de se ter clareza do objeto, do nosso campo. Sobre o lugar da saúde coletiva, é certo que nós estamos na grande área das ciências da saúde. O problema não é com a gente, mas com as medicinas, principalmente a Medicina I. A gente sempre está pensando no político, enquanto a medicina não pensa no compromisso político, mas impõe, ou quer impor, o seu modo de entender a saúde. De repente, é melhor deixar que eles criem as “Ciências médicas”.

[Maria Inês] Concorde com a Rita. Faz uma ressalva aos “em detrimento de” (fala da Augusta), preferindo trabalhar o “como ser complementar”. A questão da internacionalização tem que ser considerada. MP X especialização; MP X MA

[Lilia] Campo muito plural, múltiplos recortes disciplinares, disputas entre nós mesmos. Admitimos as pluralidades, as diferenças e os conflitos. E sobrevivemos! Busca do equilíbrio para garantir a pluralidade. Onde está o outro lado do conflito? Identificar polaridades, pois nem nós temos um diagnóstico discriminatório das polaridades.

[Aluisio] Complexidade, abrangência, angústia. Quem somos e para onde vamos? Queremos avaliação? Quais são os critérios? Valoriza o exercício de auto-avaliação da ENSP, que deveria estar interagindo com a CAPES.

[Béria] Redefinição do campo é preocupação internacional. Ver discussão do Lancet em 2004 e também no Boletim comemorativo de 25 anos da ABRASCO

[Matida]

**Na tarde do dia 27/04 e durante todo o dia 28/04 a pauta do Fórum contemplou: a) Avaliação CAPES 2005: resultados, perspectivas, problemas encontrados; b) Critérios a serem seguidos no triênio 2004-2006; c) Critérios de qualificação de publicações para a próxima avaliação: Livros e capítulos de livros; d) o uso do Scielo para a criação de um índice de qualidade (impacto) da área de Saúde Coletiva; e) Indicadores para intercâmbios nacionais e internacionais, participação docente em bancas, colaboração com centros menos desenvolvidos. Apresentam-se a seguir 12 itens que têm o propósito sintetizar o que foi exarado das discussões. O detalhamento das principais falas, apreendidas pelos relatores, é apresentado após a síntese.**

## **1. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS**

1. Ressaltados aspectos positivos da Avaliação 2004 e também a preocupação pelo fato de regras e critérios estarem sendo criados ou mudados na vigência do triênio em avaliação
2. GT – Coleta. Tarefa: elaboração de roteiro para preenchimento dos cadernos de apresentação dos programas. Composição: Fátima Militão e João H. Scatena. Prazos: 10 dias para a elaboração de um documento preliminar a ser analisado pelos demais membros da comissão. Divulgação aos coordenadores até o final de maio, dado que o prazo de entrega do relatório de 2005 é 30/06/2006.
3. Mestrado Profissional tem que ser avaliado dentro da área, mas por comissão específica e segundo critérios próprios.
4. GT – Mestrado Profissional. Tarefa: definição de critérios para avaliação do MP. Composição: Carlos Machado, Maria Inês Dourado, Kenneth Rochel de Camargo Jr.; Rita Barratas Barata, Maria do Rosário De Latorre, Maria Auxiliadora M. Gomes. Prazos: em três semanas o GT circulará um documento preliminar, sobre o qual os programas devem fazer discussões e se posicionarem, para consolidação do mesmo.
5. Livros são considerados um produto importante dentro da área de Saúde Coletiva. Aceita-se que 1/3 da produção **de um programa** possa se dar nessa forma de publicação. Há necessidade de definição de critérios para a qualificação dessa produção.
6. GT – Qualis Livros. Tarefa: proposta de critérios de avaliação de livros/capítulos, a partir da apresentação do Sérgio Rego. Composição: Sérgio Rego, Guilherme Werneck, Maria Lúcia Bosi, Madel Luz e Rita Barata. Prazos: Ainda no mês de maio fazer ranqueamento inicial das principais editoras. Produção de documento para subsídio ao Aluisio no processo de articulação na

CAPES. Reunião presencial no Congresso de agosto. Fazer esforços para que os critérios sejam adotados e válidos para o triênio em curso.

7. Os coordenadores enviarão, à ABRASCO, até o dia 07/05/06, lista de livros publicados por docentes de seus programas, no período de 2001 a 2005.
8. Produção técnica tem que ser valorizada, mas deve ser analisada separadamente da produção “científica” e essa discussão deve se dar em outra reunião.
9. Indicação do FORUM: O SCIELO deve ser utilizado como referência para a qualificação da produção (de artigos) da área de Saúde Coletiva.
10. COMO PRINCÍPIO, será respeitado o Qualis da área de origem, para as revistas “fora da área”.
11. Programas devem fazer um exercício para ver o que muda usando as duas metodologias de pontuação (qualificação da área de saúde coletiva X qualificação da área de origem)
12. Próximo Fórum: outubro ou novembro em Belo Horizonte, a confirmar.

### **3. DETALHAMENTO DAS DISCUSSÕES**

**27/04: 14:30 – 18:30h – Discussão dos Coordenadores e Comitê de Avaliação**

**Temas para discussão:**

- Avaliação CAPES 2005: Resultados, perspectivas, problemas encontrados
- Critérios a serem seguidos no triênio 2004-2006.

Local: Sala da Congregação da FSP/USP

Sessão aberta com a apresentação dos coordenadores e/ou coordenadores adjuntos (apenas os representantes da UFPE, CPqAM/PE, UNESA/RJ e FESP/UPE não estavam presentes). Além do presidente da Comissão de Avaliação da Área, estavam presentes seis de seus membros.

Presidente da Comissão faz algumas considerações acerca da Avaliação CAPES/2005 (relativa ao ano de 2004), complementadas pelos participantes do comitê de avaliação presentes no Fórum:

- O processo de avaliação identifica uma dificuldade de preenchimento do Coleta, por alguns programas, e mesmo de compreensão de sua importância por parte de quem o preenche.

- Demora na disponibilização do programa, o que atrasou seu preenchimento, encaminhamento, consolidação e, conseqüentemente, o processo de avaliação (dez. 2005).

- CAPES mudou o programa, retirando muitas informações solicitadas nas versões anteriores. Desde 2004 havia sido proposta uma mudança na Ficha de Avaliação (amplamente discutida na área), que reduzia o número de itens de avaliação, modificando a atribuição de pesos. Isso acarretou em mudanças no instrumento de coleta de dados. A comissão trabalhou em cima das informações modificadas, mas teve que consolidar a avaliação utilizando a ficha antiga. Isso foi um fator complicador

- Para 2005 houve nova modificação no programa, e a nova ficha continua sendo discutida. Se durante o triênio que os programas estão sendo avaliados, as regras e os critérios estão mudando, isso também pode ser utilizado em nosso benefício.

- A CAPES recomenda que a Comissão de Avaliação seja composta com membros de programas bem avaliados, refletindo as várias regiões do país e as sub-áreas do campo. Neste ano foi indicada, pelo representante de área, a inclusão de representação de programas com nota 3, que não foi vetada pela CAPES.

- A comissão montada (Fátima, Arêas, Ricardo, Ronir, Kenneth, Maria Fernanda, Maria Inês, José Eluf, Luiz Roberto e Scatena), sob a presidência do Aluisio reuniu-se no início de

dezembro para, em uma semana avaliar um grande número de programas já existentes, e vários programas novos, além de propostas de MP (total de 42).

- Há um expressivo número de itens (conformados por 5 a 7 quesitos) a serem avaliados, captados por um conjunto muito grande de instrumentos, indicadores e outras informações que constituem os cadernos de avaliação. Além desses, informações adicionais foram solicitadas, a medida que se faziam necessárias, sendo providenciadas pela CAPES.

- É importante que o programa preencha o que é solicitado não de forma mecânica e pontual, mas sim bem articulada com a proposta e estrutura do programa, descrevendo sua trajetória, informando as modificações feitas, tendo em vista a avaliação anterior e justificando o que considerar relevante e pertinente.

Pontos levantados pelos membros da comissão presentes no Fórum:

- Complexidade do processo de avaliação e a responsabilidade dos avaliadores, buscando aplicar os critérios pré-definidos de forma flexível e isenta. São salientados o rigor no processo de análise do conjunto de informações disponíveis e a dificuldade de extrair e padronizar os dados a serem analisados. Há tempo de ajuste e modificação dos relatórios de 2004.

- Importância da participação de representante de programas nota 3, que representam quase a metade do conjunto de programas, até porque há muitos pontos de estrangulamento comuns entre eles, que podem ser melhor compreendidos e analisados por essa representação, dado que as avaliações individuais passam por um processo de socialização e crítica, pelo conjunto dos avaliadores, antes de serem concluídas.

- Importância do cuidado, completude e coerência do preenchimento dos instrumentos, principalmente a Proposta do Programa. Embora ela não seja “pontuada”, é ali que os avaliadores têm uma idéia mais geral do programa e captam algumas informações que, embora constantes em alguns itens da ficha de avaliação, não aparecem nos demais instrumentos. Exemplos: as estratégias de acompanhamento do desenvolvimento dos alunos (seminários de acompanhamento, exames de qualificação etc.), o financiamento de projeto, a distribuição de encargos, entre outras.

- Cada programa funciona de uma determinada maneira; cada relatório é preenchido de uma forma específica; e cada avaliador o lê e interpreta de sua própria forma. O Fórum tem que socializar o que é pedido (e avaliado) e como isso deve ser preenchido. Além disso (e mais que isso) tem que ser discutido como a nossa área acha que os vários itens devam ser avaliados.

- Caminha-se com o aperfeiçoamento. A cada reunião (de avaliação) diminui o tempo/programa/capita, uma vez que os programas estão aumentando. Deveria ser feito um estudo aprofundado acerca de como os programas de outras áreas preenchem seus relatórios. Proposição de adequação das fichas da CAPES: que elementos não estão na ficha de avaliação e que são importantes para a área, merecendo ser incorporados? Avaliação anual é ótima para o acompanhamento dos programas, mas é passível de variação, enquanto a avaliação que “pontua” é a do triênio. Será que a avaliação anual precisa ser feita dessa forma?

- Valoriza-se o fato de a CAPES ter conseguido informatizar a produção qualificada, só que os detalhamentos não são captados (tipo de periódico, tipo de artigo), a não ser que se o faça individualmente, produção a produção.

- Avaliação anual é importante para que os programas não sejam surpreendidos. Avaliação relativa a 2004 foi feita à luz da avaliação do triênio anterior e como os programas responderam a ela.

- Importância do uso da avaliação, nas universidades em que tais programas se inserem, como instrumento de pressão junto aos gestores (ex: para alocação de vagas estratégicas para a IES).

## **Rodada de discussões sobre Avaliação 2004**

- Relatórios deveriam vir um pouco mais circunstanciados. Isso faz falta para quem os está recebendo. Acerca dos critérios e das proposições da área, há essa sensação de que nós não somos atendidos.

- Houve problemas de modificação da ficha de avaliação. Seria interessante que cada item avaliado fosse bem explicitados no relatório, com breve descrição de cada um deles.

- Questionamentos sobre existência de documento disponibilizado pela CAPES acerca dos critérios de avaliação para o triênio 2004-2006. Solicitação de que nesta avaliação sejam incluídos itens que contemplem o impacto da pós-graduação (a questão da Relevância Social). Discutir que indicadores poderiam ser utilizados; que produtos devem ser explicitados; onde e como colocá-los, nos relatórios (e identificá-los, na ficha de avaliação). Onde fica o MP? Como ele interage (interfere) com o MA

- Há propostas que o Fórum poderia encaminhar. Como se poderia facilitar o trabalho dos avaliadores? Pode-se criar, pelo Fórum, uma estrutura paralela, disseminando, através da ABRASCO, as fichas, os critérios e as formas como são calculados, o que auxiliaria o preenchimento do relatório. Isso facilitaria tanto os programas quanto os avaliadores.

Esclarecimentos do representante: Quem é envolvido no processo de avaliação? A ficha de avaliação anterior, que foi utilizada na última avaliação, foi proposta pela CAPES e tinha 7 itens, cada um c/ 4 a 6 quesitos de avaliação, alguns obrigatórios. No processo de construção da nova ficha as áreas tiveram oportunidade de incluir novos itens, quesitos e pesos, sendo posteriormente consolidados pelo CTC. A Ficha nova, de 2004 foi discutida em Brasília e Florianópolis e, em relação à anterior, reduz o número de itens e alguns quesitos, com ajustes na distribuição de pesos. O que a área de saúde coletiva propuser vai ser discutido com os representantes das demais áreas que compõem a grande área da saúde (Ed. Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina I, II, III, Odontologia e Saúde Coletiva), espaço onde há uma certa margem de manobra. O que foi proposto e incorporado é aceito pela Diretoria de Avaliação da CAPES. Por ex. "Relevância Social" não é contemplada na ficha. Há que se discutir como a área deveria instrumentalizar a sua inclusão, com base em critérios pertinentes, de forma que a Grande Área a aceite. No grupo de representantes de área as proposições/alterações são discutidas (muitas vezes disputadas) e recepcionadas ou rejeitadas. Aquele fórum não é fácil e muitas vezes a discussão nem chega a se dar, porque não é ela que importa, mas sim a aceitação (submissão) do que é determinado por um pequeno grupo.

[Madel entende do que o Aluisio fala, porque foi, por muito tempo, representante adjunta (do Moises) e sabe como as coisas se dão na Grande Área. Ressalta a importância de estabelecermos critérios que sejam duráveis, para não criar instabilidade na área. Na gestão anterior tinha se criado o critério de livro e capítulo de livro correspondendo a artigo Qualis A e B. Parece que há uma tendência de retorno ao que se utilizava anteriormente, em que livros e capítulos contavam até 30,0% da produção do docente/pesquisador. A ABRASCO posiciona-se a favor da produção na forma de livros e capítulos de livros]

Aluisio complementa que questões pontuais sendo levantadas. Lembra que a portaria 68/2004 redefiniu a questão do quadro docente (permanente, colaborador e visitante), mas a proporção entre as categorias não foi definida pela CAPES. Nossa área a discutiu e se posicionou sobre essa proporção, em Florianópolis. Sobre a avaliação de livros, ressalta que na última avaliação livros e capítulos foram contados como artigos. Da exigência mínima de três produtos, o livro conta apenas como 1 produto, e essa observação não constava originalmente na orientação.

### **27/04 16:30h - Avaliação Triênio 2004-2006.**

Presidente do Fórum reinicia a sessão da tarde ressaltando a importância do SCIELO como instrumento para verificação de índice de impacto. Apresenta uma proposta em relação ao

preenchimento do Relatório (Coleta 2005). Comissão de avaliação deve discutir, numa próxima reunião, um roteiro mínimo de preenchimento da “Proposta do Programa”, orientando melhor o preenchimento daquelas informações importantes para a ficha de avaliação. Acerca dos comentários, por-se-ia pensar num esquema de numerar os quesitos de cada item e fazer um pequeno comentário sobre cada um deles.

### **Rodada de Discussões**

[Beth Artmann] Acha que dois outros critérios devem ser incluídos na avaliação: 1) Relevância Social (não basta apenas falar nela, mas tem-se que considerá-la na avaliação e pensar em formas de “pontua-la”); 2) Contar para os dois programas, as parcerias visando, da parte de um programa bem avaliado, o fortalecimento de um programa em estruturação; um programa seria pontuado por buscar apoio e o outro por aceitar tal tarefa.

[Carlos] Ratifica a proposta da Beth e ressalta a questão do MP. A ficha de avaliação reproduz a mesma do MA. Dois aspectos que aparecem no relatório: docentes e sua produção (avaliada de forma diferenciada); produto final (alunos desenvolvem proposta de intervenção e maioria nem parte para o artigo). Proposta: reunir produtos já concluídos e qualificá-los para seu reconhecimento como impacto nos serviços. O MP poderia servir para avaliar positivamente o MA.

[Rosário] O que significa, dentro de um aspecto mais amplo, coerência com a linha de pesquisa? (mencionando a ficha de avaliação)

[Inês] Seria interessante, em relação ao MP, saber o que aconteceram com os critérios estabelecidos na reunião ocorrida na FIOCRUZ?

[Aluisio] MP está sendo fortemente estimulado pela CAPES, e conseqüentemente se ampliando. Por outro lado, andou-se muito pouco na sua avaliação. Há um texto da CAPES que orienta a avaliação de propostas de cursos novos de MP. A comissão tem usado os mesmos critérios de avaliação dos MA, mas isso não está escrito na proposta. Há uma série de aspectos que precisam ser melhor definidos. Há uma “nebulosidade” nessa questão porque os MP deveriam ser avaliados por outra comissão, e na prática a mesma comissão que avalia os MA avalia os MP. Sendo sincero, não é bem uma avaliação porque não há um conjunto de critérios (específicos para o MP) para fazê-lo.

[Rita] Houve uma proposta mais geral (do CTC?), mas se acabou voltando para trás. A idéia é que isso seja definido dentro de cada área, por uma comissão distinta.

[Arêas] Sobre o MP, a CAPES tem a idéia de juntar as experiências bem sucedidas e a partir (ou dentro) delas iniciar a elaboração de critérios para avaliar os MP e definir a quem caberia avaliá-los. Ressalta-se que o Janine sempre tem mencionado (positivamente) a experiência do MP da saúde coletiva. Proposta: Vamos elaborar esses critérios e apresenta-los à CAPES.

[Aluisio] Seria interessante utilizar a Ficha já existente como um primeiro documento a ser trabalhado e sobre ele, as adaptações necessárias.

Sobre o primeiro bloco da avaliação, há que se salientar que ele não tem “peso” (não lhe é aferida uma nota) e deve ser um espaço de esclarecimento de vários quesitos dos itens da ficha. Mostrar as eventuais inconsistências ou aberrações. Tomar cuidado para não apresentar uma estrutura que prejudique a avaliação do programa (situações de docentes com 10 a 20 projetos de pesquisa, por ex.)

[Lília] Normalmente o projeto se encerra com o término de seu financiamento, mas pode continuar enquanto gerador de produção. Neste caso não viraria uma linha?

[Aluisio] Projeto deve ficar “aberto” para a produção, ou enquanto esta perdure.

[Marilisa] Referindo-se ao seu relatório, o espaço da Proposta do Programa foi utilizado para descrever as mudanças e também para responder às críticas feitas pela Comissão, que nem sempre são apreendidas o processo que foi descrito. Às vezes, a descrição da Proposta do Programa pode confundir. Como aproveitar melhor aquele espaço? Em relação à Relevância Social, devemos aproveitar o grande desenvolvimento dos MP para rever os critérios de

avaliação do conjunto dos cursos porque há muito tempo os MA (e mesmo os Doutorados) já vêm respondendo às demandas do SUS, com forte impacto social.

[Guilherme] Considera importante a parte aberta do relatório, mas há que se analisar se os critérios adotados são suficientes para a avaliação dos cursos. As cooperações propostas pela Beth podem ser uma opção. O conjunto das produções poderia evidenciar isso. O sistema de avaliação é fundamental para o desenvolvimento de nossa área e essa discussão a gente raramente tem. Como o critério para implantação de MP é sua vinculação com programa com nota  $\geq 5$  (Aluisio esclarece que a vinculação é com IES com MA  $\geq 5$ , mas que essa orientação permite excepcionalidade) isso está aumentando a demanda a alguns cursos. Estes vão dar conta? Isso não vai comprometer os MA? Isso interessa aos MA?

[Madel] Programas ficam muito envolvidos com suas especificidades, não que elas não sejam importantes, mas há que se pensar em questões importantes à área como um todo: corpo disciplinar, produção e critérios de avaliação. Sugere que se leia a nota da ABRASCO, que contempla as contribuições do CA-nutrição e poderiam ser um instrumento de partida. Refere a comunicação entre os presidentes (CAPES/CNPq) sobre aspectos que são sendo discutidos aqui. A exigência de nota 5 para o MP, por ex. não é consensual, não é comum às várias áreas e nós podemos discutir isso. Não somos sujeitos às agências de fomento e podemos nos posicionar sobre isso. No CBSC vamos ter um fórum ampliado sobre pós-graduação em saúde coletiva (com diretores de unidades, pesquisadores, agências) pra discutir o campo e o fomento à pesquisa.

[Matida] Proposta: Comissão para pensar MP, com ABRASCO intermediando encaminhamentos. ABRASCO trouxe documento para comungar com o conjunto dos coordenadores; poderia ser lido, enriquecido e colocado a serviço do representante da área para utilizá-lo junto à Grande Área e CTC.

[Arêas] Tudo isso é processo e é importante que terminemos o dia com uma linha de preocupações/proposições. Amanhã de manhã seriam apresentados os pontos consolidados da discussão de hoje; delineamentos de propostas completas sairiam da discussão de amanhã. Proposta de trabalho contínuo para adiantar o encerramento. Lembra que a ABRASCO é a instância organizada civil que nos representa.

[Aluisio] Lembra que parte da pauta de 28/05 será contemplada em reunião futura, a ser realizada no CBSC. Focar em livros e capítulos de livros; discutir cooperação/intercâmbio internacional. Sobre Relevância Social e Colaboração entre programas, onde na atual ficha isso entraria? Critérios para MP.

[Arêas] Poderia se minimizar as discussões acerca daquelas questões para as quais não há muito consenso, ou para aquelas que já vêm sendo discutidas e para as quais haverá novas oportunidades

[Malú] Discussão ISI X Scielo não pode ser minimizada.

[Aluisio] Importante aproveitar o tempo para as questões sobre as quais a gente possa ter um avanço, possa ter uma proposta de mudança.

**Encerramento do primeiro dia do Fórum**

**28 de abril de 2006**

**8:30 – 16:30h**

**Pauta proposta**

- Avaliação CAPES – critérios de qualificação de publicações para a próxima avaliação:
  1. Livros e capítulos de livros na avaliação CAPES. Exposição de Sérgio Rego – ENSP

2. O uso do Scielo para a criação de um índice de qualidade (impacto) da área de Saúde Coletiva.

- Criação de indicadores para intercâmbios nacionais e internacionais, participação docente em bancas, colaboração com centros menos desenvolvidos.

Sessão aberta com apresentação da súmula dos pontos discutidos no dia anterior

[Arêas] Sobre as orientações de preenchimento da Proposta do Programa, Scatena e Fátima elaborarão um instrutivo aos coordenadores.

[Mark] Se estão sendo criados critérios dinâmicos isto é complicado e não se sabe como vão impactar nos programas.

[Maria] Já se discutiu isso antes. É para se apresentar pontos da história, da dinâmica e do processo. Cooperação de programas (solidariedade) já esta definida na nova ficha, como parte da Proposta do Programa.

[Arêas] O roteiro não muda critérios. Foi pensado para facilitar o processo de avaliação

[Volney] Como fica a questão da incorporação de docentes que não são da área de saúde coletiva, docentes de outras formações, de outras práticas profissionais.

[Néia] Há que se abrir um pouco o espectro da qualificação e das práticas dos RH na área.

[Fátima] A participação de docentes de outras áreas está justificada pelas linhas de pesquisa e pelos projetos

[Arêas] GT (Scatena/Fátima) elabora um documento preliminar, socializa-o entre os demais membros da Comissão para posterior divulgação entre os programas.

[Aluisio] Sobre cooperação entre programas, ela constará da nova ficha de avaliação

[Fátima] Na versão atual do Coleta 8.0, na Proposta do Programa constam os itens “Solidariedade”: colaboração do programa com outros programas (DINTER, MINTER, PQI); “Nucleação”; “Visibilidade” (página web). Além disso, a produção técnica está separada das demais produções.

[Arêas] MP: grupo que já tem experiência poderia elaborar os critérios de avaliação. Proposta: GT com ENPS, ISC/BA, Sta. Casa e FSP/USP.

[Inês] Já há um trabalho preliminar neste sentido. É preciso trabalhar uma proposta mais completa com esse grupo. GT - MP: Carlos, Inês, Rita Barata, Rosário e Maria (IFF)

[M. Teresa] Importante que seja definido limite de tempo para cada item da pauta

[Arêas] Até as 11:00h. para a discussão da qualificação de livros

[Madel] Não chegou até o grupo a segunda parte do documento CA-SN, mas os critérios propostos consideram mais qualitativamente a produção dos pesquisadores. Livros e capítulos em mesmo nível que publicação em periódicos. O que não existe são critérios de avaliação de livro. É possível, através da qualificação das editoras, qualificar também o produto, mas é preciso tomar o máximo de cuidado, na adoção de critérios teoricamente racionais, mas que podem não o ser. Internacionalização não necessariamente é um critério para qualificação de um livro e por outro lado a regionalidade não limita a qualidade do produto. Podemos ter instrumentos para identificar e qualificar essa produção. Critérios mais “estáveis”, tanto para a produção como do veículo.

[Sérgio Rego] APRESENTAÇÃO (disponibilizada por e-mail aos coordenadores): Levantamento realizado com base nos documentos da CAPES nas outras áreas (Antropologia e Educação). Foram verificados o veículo, a circulação e as dimensões relacionadas à inserção da editora na área. Os livros se dividem em 3 categorias A, B e C, de acordo com os indicadores mencionados. Os critérios da antropologia são de difícil avaliação, acabando por analisarem caso a caso.

[Arêas] Valoriza a equivalência apresentada (1 livro = 3 artigos; 1 capítulo = 1 artigo) e o mesmo tratamento para toda a produção na forma de livro. Primeiramente é necessário definir se é isso que a área quer.



[Malú] Valoriza a apresentação e a proposta. Na “média” a proposta de equivalência está. Frequência de 6 e mais livros por ano é muito alta, para o “padrão internacional”. Rever essa pontuação. Dúvida acerca do Conselho Editorial. Não há “peer review”? Não seria possível um ranqueamento mínimo das principais editoras que atendem a área?

[Scatena] Reitera a necessidade de rigidez na equivalência. 6 e mais publicações na área não é muito para o padrão internacional. Somente as editoras que são as referências da área estariam nesse patamar. É necessária essa rigidez para que haja chances mínimas de os nossos interlocutores (grande área) aceitarem tal proposta.

[Lilia] Às vezes é mais difícil a aprovação do livro, porque a editora tem que vender. Não seria melhor incluir o critério “número de páginas” nesse processo de qualificação desse tipo de produção?

[Rita] Acha difícil uma editora produzir 6 livros/ano (na área) comercialmente. As editoras têm que divulgar o conhecimento, mas têm que ser viáveis comercialmente. A questão das traduções têm que ser melhor pensadas.

[Guilherme] Seria bom se tomássemos algumas decisões sobre esses critérios:

1. A gente aceitaria que toda a produção do programa fosse na forma de livros e capítulos?
2. Prefácio e introdução devem contar como estão propostos?
3. Qual nossa posição acerca da tradução?
4. Sobre as Comissões Editoriais. Existem? Funcionam?
5. Circulação do livro (tiragem/edições)?
6. Publicação técnica deve ser incluída como as anteriores?
7. Quanto “vale” o livro?

[Sérgio] A opção de 6 livros/ano foi exatamente para identificar as Editoras que têm importância para a área.

[Eleonora] Há sabidamente várias Editoras importantes para a área (USP; UNESP, FIOCRUZ, Hucitec, Vozes, Martins Fontes, Cortez). Há editoras que já estão qualificadas. A introdução/apresentação não tem o mesmo peso que os demais capítulos, mas o prefácio é importante e às vezes suplanta os capítulos. Como pontuar?

[Beth] A relação 6 livros/ano não deve valer para as Editoras Universitárias com Conselho Editorial. Com as editoras comerciais há muitas dúvidas. Como são os critérios que elas utilizam para avaliar os livros? Passam por pareceristas? Os livros didáticos têm que ser valorizados, mas não podem “valer” igual. Pensar na viabilização do “selo ABRASCO” associado a um padrão de qualificação, de acreditação. A tiragem e as novas edições são também bons parâmetros. Não separar circulação de revisão pelos pares. Acreditação tem que ser periódica (trienal)

[Madel] Parabeniza Sérgio. Propõe que a ABRASCO incorpore essa iniciativa. Recomenda que se leia um artigo de dez. 2005 da Revista Interface Saúde e Educação, que tematiza o futuro do livro na avaliação da CAPES. Importante recuperar a memória das Comissões da CAPES, que tentaram recuperar os critérios. O que vale um prefácio? Dependendo do trabalho, é melhor do que o livro (e o mesmo pode ser para a introdução). Como fazer a compatibilização livro-artigo? Lembra que a equivalência 1 para 1 foi de difícil aceitação pela grande área. E como fica a produção técnica? Se para as áreas técnicas é possível qualifica-la, na forma de patentes, temos de encontrar formas de valorizar as produções feitas para o SUS, OMS, OPS, SES etc. Há que se encontrar outras formas de valorizá-las. Definir critérios estáveis, mas flexíveis para contemplar a diversidade da área.

[Carlos] alguns critérios: Avaliação pelos pares (obrigatória); resultado de pesquisa científica. Prefácio e introdução não entram nos mesmos critérios porque geralmente são convidados que o fazem e não são os resultados de uma pesquisa. É certo que produzir, sozinho, um livro, demanda maior fôlego que para produzir um artigo, mas a totalidade da produção do

programa seria aceita nesta forma? Qual a proporcionalidade adequada para a área? Necessário reforçar o crédito (acreditação) das editoras. Gerar GT para verificar as editoras, para ver como entraria no triênio. Importante pensar em pesos diferentes para modalidades diferentes de livros, mais acadêmicos ou mais técnicos.

[Aluisio] A discussão está interessante e é importante, mas levanta aspectos práticos e preocupantes. Parte-se do princípio que está sendo discutido um novo critério! Algumas editoras são sabidamente importantes, mas teríamos que ter uma comissão para aplicar os critérios periodicamente para avaliá-las. Em relação à proposta, a qualificação de publicações como Internacional A/B e Nacional A/B, no caso de periódicos, é bem clara, mas no caso de Editoras, isso ainda não está bem claro. Também não se identifica o tipo de produção que está sendo feito, mas apenas as editoras em si. Há que se definir uma proposta, um critério e como ele será avaliado. Deixar a produção técnica para um momento futuro

[Matida] Parabeniza o Sérgio e o processo de discussão. É missão da ABRASCO estar nessa comissão e ela deverá levantar o histórico das editoras. Importante definir nomes de pessoas que vão compor a Comissão. Lembra o papel da ABRASCO que à sua criação teve este fórum como objeto maior, é o que lhe dá identidade. A experiência da ABRASCO com periódicos é grande (Ciência & Saúde Coletiva, RBE), mas com livros não tem experiência, pois não é editora.

[Eliseu] Artigos são diferentes de livros e há que se ter critérios para qualificação de livros, mas a equivalência livro-artigo é algo complicado.

[Rosário] Resgatar que estão sendo definidos critérios de programas de pós-graduação. A questão do tempo é relativa: pode-se levar pouco tempo para produzir um artigo (o produto final), mas o processo que levou a ele é longo (elaboração do projeto, financiamento, execução e análise dos dados). Artigos e livros são produtos distintos que devem ser avaliados de forma diferenciada, para não se cometer injustiças. Porque as revistas são consideradas internacionais? Não se desmerece apresentação/introdução de um livro, mas se constata a dificuldade de sua qualificação. Também há a questão da circulação, que no caso do artigo, é muito grande.

[Madel] Relembra que as revistas da área foram passadas para Qualis A Internacional por conta de uma decisão política da nossa área, “aceita” com muito custo, pela grande área.

[Koifmann] Reitera a importância dos livros, mas ressalta a dificuldade de qualificação desse produto.

[Guilherme] Desvincular produção técnica da “produção científica” e da produção didática. A discussão da primeira deveria ser postergada.

[Sérgio] Tiragem da publicação e número de páginas devem ser critérios para qualificação. Tem dificuldade de aceitar que as editoras universitárias devem ser consideradas “iguais”. Também acha que não é uma boa estratégia discutir qualificação da produção técnica neste momento. Insiste na importância do “selo da ABRASCO”, que pode ser uma marca de credibilidade.

[Scatena] Deixar os vários pontos que estão sendo discutidos como subsídio para a Comissão específica; colocar o Sérgio na comissão; há que se definir teto da proporcionalidade deste tipo de publicação, para o programa, não para o pesquisador; deixar para um segundo momento as questões que envolvem avaliação caso a caso (prefácio, introdução); sermos criteriosos na equivalência livro-artigo, lembrando de que estamos criando novos critérios e teremos que negociá-los. Como dizia o Moisés, nós podemos propor qualquer coisa, mas temos de estar cientes da área que estamos representando e principalmente de quem serão nossos interlocutores.

[Malú] Reitera que o escopo dessa reunião trata da equidade e que a racionalidade que permeia (e que se impõe) é a da produção de artigos. Temos que brigar para que a diferença de natureza da produção livro e artigo não seja escanteada.

[Arêas] Estrategicamente, que percentual pode ser aceito?

[Madel] Pontuação de apresentação, introdução e prefácio seja definida como um percentual de artigo. O percentual de livros e capítulos na produção do programa deve ser definido pela área e considera que 1/3 seria uma boa opção.

[Aluisio] A questão de percentual é importante, como também a qualificação do que é Nacional e Internacional. Esse é um problema que tem que ser equacionado para a avaliação. A eventual facilidade de publicação em livro, pagos ou não, pode “banalizar” a avaliação.

[Rita] Se a produção de artigos é valorizada na área, livros e capítulos também o são, e temos que trabalhar da mesma forma com eles, ou seja, seguir a lógica da classificação dos artigos. Seria necessário ter classificação internacional para livro? Onde estão sendo publicados? Ver as Editoras e qualificá-las. Devemos classificar as editoras, baseando-se no empírico e ranqueá-las. Também acha que um terço da produção na forma de livro e capítulo é razoável.

[Matida] No curto prazo: editoras seriam levantadas pelos programas e far-se-ia um ranqueamento inicial delas. Colocar o Sérgio na comissão. Produção de um documento inicial para que o Aluisio o apresentasse à CAPES. Definir prazos e pactos para o cumprimento da agenda estabelecida.

[Raimunda] Fazer pontuação e equivalência

[Volney] Valorizar a publicação nacional

[Sérgio] Reconhecer o “padrão-ouro” para as publicações no formato de livro

[Aluisio] Lembra que os critérios definem pelo menos três produtos no triênio, sendo o livro um dos produtos valorizados. Importância de se discutir e estabelecer o nacional e Internacional

[Arêas] Definir Comissão, tarefas e prazos

[Carlos] Malú e Madel, além do Sérgio

[Néia] Rita também poderia compor (Rita aceita, se for possível a participação apenas pela internet, Madel se posiciona de forma idêntica)

[Matida] Desdobramento do que for discutido aqui num GT em 1 semana. Com agilidade, em 15 dias tem-se um consolidado. Enxugar o que for consensual e fechar um primeiro produto. Carta à CAPES (acordo em 20 dias) dá terreno ao nosso representante para sua articulação junto à grande área e à CAPES. Reunião presencial no CBSC

[Maria Teresa] O Guilherme também poderia participar.

[Guilherme] Refuta, justifica, lamenta e..... aceita

[Lilia] Reitera o nome do Guilherme, porque é importante a questão do estranhamento da cultura do outro, e sua superação com o diálogo (e o Guilherme faz bem isso). Os programas poderiam encaminhar as suas publicações, em forma de livros, para a Comissão. A Rita poderia fazer a distribuição e ver os quartis (ou quintis) para efeitos de ranqueamento.

[Aluisio] Melhor levantar a produção em forma de livro e capítulo referente ao último quinquênio (2001-2005)

COMISSÃO: Sérgio, Malú, Guilherme, Madel e Rita

[Matida] Encaminhar produção com Nome da Editora, ISBN, número da edição, número de páginas, e demais informações que auxiliem o processo de qualificação. Endereço para encaminhamento: [abrasco@ensp.fiocruz.br](mailto:abrasco@ensp.fiocruz.br), assunto: CAPES-Livros. Data limite: 05/05/2006.

**28/04/2006 13:00h**

[Arêas] Fechando a questão da Comissão do MP e prazos: Comissão: Carlos, Inês, Kenneth, Rita, Maria do Rosário e Maria Auxiliadora.

[Carlos] Em três semanas circulará um documento preliminar, sobre o qual os programas devem fazer discussões e se posicionarem.

[Arêas] Discussão do SCIELO enquanto possibilidade “ferramenta” para qualificação na área.

[Aluisio] Apresentação de tabelas e gráficos que mostram a produção da área relativa ao período 2001-2004, levantada da própria CAPES (apresentação disponibilizada por e-mail aos coordenadores). Refere uma certa insegurança (e desconhecimento) quanto à forma que a CAPES consolida esses dados. Cadernos, Revista S. Pública, Ciência & Saúde Coletiva, RBEpidemiologia concentram 1/4 de nossa produção.

[Áreas, Rita] Ressaltam a questão de, na área de saúde coletiva e em outras áreas, a produção B internacional ser bem menor que a A internacional. B fica num “buraco” entre a A e a C.

[Aluisio] Discussão ISI X SCIELO é complexa e deve ser cautelosa. Devemos iniciá-la, pensando na avaliação do próximo triênio (2007-2009). Acerca da qualificação infoma que depois que todos os relatórios são feitos, as revistas são relacionadas e qualificadas para a nossa área.

[Arêas] Todas as publicações da saúde Coletiva são veiculadas em aproximadamente 500 títulos, lembrando que a listagem encaminhada pelo Aluisio contempla uns 5000 títulos.

[Malú] Advoga a “importação” do Qualis da área de origem. Há que se estender para além da utilização do ISI. Os centros europeus não se submeteram a esse tipo de régua. A ciência nacional está de joelhos frente ao ISI. Temos um papel, como pesquisadores, de consolidação, de reprodução, ou de desconstrução, se acharmos conveniente, desse sistema. O SCIELO parece ser muito mais acessível que outras bases.

[Guilherme] Há 4 anos (2002), numa reunião de Brasília, o Carlos Coimbra fez uma apresentação na CAPES, buscando evidenciar como funcionavam alguns aspectos da bibliometria. Temos que conhecer esses aspectos para mudar esse panorama, se isso for possível e for o que queremos. Estrategicamente poder-se-ia, no caso das áreas afins, utilizar as qualificações aferidas pelas próprias áreas. É possível de se operacionalizar, mas nós, enquanto área, queremos fazê-lo?

[Aluisio] Como as avaliações anuais (2004, 2005 e 2006) não implicam em conceito, isso poderia ser discutido e resolvido para aplicação quando se avaliar o triênio completo.

[Rita] Tem sentido a gente utilizar o MEDLINE, se temos investido recursos e esforços para construção do SCIELO, que é brasileiro. Este sistema tem reconhecimento fora do país, mas nem sempre aqui dentro. Lembra que este tema será discutido no congresso de agosto.

[Aluisio] Lembra também o acesso livre do SCIELO

[Rosário] Os periódicos que estão no SCIELO poderiam ser considerados como “internacionais” e os dados de ranqueamento estão dentro do programa, que é feito no Brasil

[Arêas] Ressalta a seriedade com que as coisas são feitas no SCIELO. Seria muito tranquilo tê-lo como referência e padrão.

[Aluisio] A questão do acesso livre é extremamente importante num país com recursos escassos e onde a pesquisa é majoritariamente mantida com recursos públicos. Lembra que muitos financiamentos atuais estimulam a produção com acesso livre e até provêm oferta de recursos para este fim.

[Beth] Concorda com essa estratégia de migração para as bases de acesso livre. Lembra que há necessidade de internacionalização e de nos fazermos mais conhecidos. Para dar visibilidade, há que se publicar também em outra língua (inglês e espanhol). Não deixar isso de lado. Devemos utilizar o Qualis de outras áreas para as nossas produções.

[Eleonora] As humanas também requalificam a sua produção, quando a mesma feita em outros periódicos. A SCIELO deveria ser utilizado por nós, como Qualis internacional.

[Aluisio] Se a tendência do grupo for de utilizar o Qualis de outra área para a produção de Saúde Coletiva, deveríamos fazer um exercício para verificar se isso vai mudar algo, e em que sentido.

[Lilia] ?

[Aluisio] ?

[Rosário] Acerca da publicação em língua inglesa. Lembra que os Cadernos, a RSP e outras revistas da área estão publicando em inglês. Para qualificação, pelo SCIELO, considerar o número de consultas que determinado artigo teve.

[Sotero] ?

[Arêas] Entende que há uma indicação do Fórum pela utilização do SCIELO como referência para a qualificação da produção da área de Saúde Coletiva (**ratificado pelos presentes**)

[Rita] Haverá um espaço privilegiado no CBSC para essa discussão. Oficina em que dar-se-á a reunião das revistas com os responsáveis pelo SCIELO.

[Aluisio] Informa que nossa classificação baseia-se em alguns critérios que podem não ser os mesmos que são utilizados pelas diversas áreas com as quais a saúde coletiva “conversa”. A utilização da classificação das áreas originais não vai interferir muito na maioria dos programas, mas tanto pode melhorar como piorar o quadro da produção.

[Guilherme] A gente experimenta na nossa área uma dificuldade para qualificar as revistas de outras áreas. A estratégia de adotar a qualificação dessas áreas deve continuar a ser utilizada, ao tempo em que se faz o exercício proposto pelo Aluisio.

[Malú] Temos também que ter a consciência de que, para as demais áreas, a nossa qualificação não vai ser respeitada.

[Carlos] A grande parte da produção está dentro dos periódicos da própria área e essa produção “externa” não vai impactar muito no programa. A adoção da qualificação utilizada pelas demais áreas está no princípio da interdisciplinaridade que caracteriza o campo.

[Cordoni, Néia] Representa a valorização dos grupos e das características peculiares da própria área.

[Carlos] Recuperar e mandar para todos os Qualis das áreas e ver como ele muda o quadro.

[Aluisio] Importante tentar ver o impacto no conjunto dos programas. Fazer uma simulação da produção dos últimos anos e verificar a situação computada com o Qualis das áreas originais e com o Qualis da Saúde Coletiva.

[Beth] Importante tornar pública a decisão de manutenção do critério anterior (biênio 2001-2003). Por princípio, adotam-se os critérios de cada área (**ratificado pelo fórum**).

[Arêas] Passar aos tópicos da pauta restantes. A questão de criar indicadores para esses novos campos: cooperação, solidariedade, participação externa.

[Aluisio] É estranho a não realização de defesas de tese, na forma de teleconferência.

[Sotero] Teleconferência é tecnologia cara e ambas os parceiros precisam do aparato. Mas há a modalidade “via web”, mais lenta e que depende da qualidade da conexão, mas que poderia ser mais utilizada.

[Beth] Reforça a necessidade de inclusão das cooperações entre instituições (forte e fraca)

[Matida] Convida os coordenadores para presença e exposição em espaço específico no CBSC de agosto. Espaço será aproveitado de forma mais compartilhada e preços serão mais acessíveis.

[Arêas] Definição de local e data do próximo Fórum – Há certo entendimento de que seria interessante fazer o evento em Belo Horizonte (Mark não está presente no momento), no último trimestre de 2006 (outubro ou novembro 2006).

[Lilia] Parabeniza Arêas e equipe pela organização e condução do Fórum (o que é ressaltado e ratificado por todos os presentes).

## **Participantes do Fórum Nacional de Coordenadores da Pós-graduação em Saúde Coletiva**

**Amábile R. Xavier Manço** - Prog. de PG em Saúde da Comunidade - Fac. de Med.de Ribeirão Preto/USP

**Ana Bernarda Ludermir e Thalia Barreto**– Prog. Integrado de PG em Saúde Coletiva-PIPASC Núcleo de Saúde Pública/NUSP/UFPE

**Cid Manso de Mello Vianna** - Prog. de PG em Saúde Coletiva – Instituto de Medicina Social/UERJ

**Darli Antonio Soares e Luiz Cordoni Jr.** - Prog. de PG em Saúde Coletiva/Universidade Estadual de Londrina - UEL.

**Eduardo Freese, Lia Giraldo e Fátima Militão** – Prog. de PG em Saúde Pública-Mestrado NESC/CPqAM/FIOCRUZ

**Estela Maria Leão Aquino** – Prog. de PG em Saúde coletiva – Instituto de Saúde Coletiva/ISC/UFBA

**Guilherme Werneck** - Prog. de Mestrado em Saúde Coletiva - Fac. de Medicina/ NESC/UFRJ

**Jairnilson Paim** – ABRASCO

**João Henrique Gurtler Scatena** - Prog de PG em Saúde e Ambiente - ISC/ UFMT

**Jorge Béria** – Prog. de PG, Mestrado em Saúde Coletiva, Universidade Luterana do Brasil/ULBRA

**José Alfredo Gomes Arêas e Néia Schor**– Prog. de Mestrado e Doutorado em Saúde Pública – Fac. de Saúde Pública/USP

**José Otávio Penido** representando **Waleska Teixeira Caiaffa** - Prog. de PG em Saúde Pública – Dep. de Med. Preventiva – UFMG

**Lília Blima Schraiber**- Prog. de PG em Saúde Preventiva - Fac. de medicina/USP

**Madel Luz** – Instituto de Med. Social/UERJ

**Márcia Gomide da Silva Mello** – Prog de Mestrdo em saúde Pública/UFC

**Marcial Francis Galera** representando **Bianca Borsatto Galera** - Prog. de PG em Saúde Coletiva da Universidade de Cuiabá/UNIC-MT

**Marilisa Berti de Azevedo Barros** – Prog. de PG em Saúde coletiva Dep. De Medicina Preventiva e Social/ Fac. de Ciências Médicas/UNICAMP

**Moisés Goldbaum** - USP

**Romeu Gomes** – Prog. de PG em Saúde da Criança e da Mulher do IFF/FIOCRUZ

**Sotero Mengue** – Prog. de PG em Epidemiologia – Faculdade Medicina/ Univ. Federal do Rio Grande do Sul

**Suely Godoy Agostinho Gimeno** - Prog de Mestrado em Epidemiologia – Depto. De Med. Preventiva/ Escola Paulista de Med./UNIFESP

**Tânia Ruiz** - Prog. de PG em Saúde Coletiva - Fac de Med. de Botucatu/UNESP

**Vera Anna Hofmeister** – Prog. de Mestrado em Saúde Coletiva - UNISUL

**Vera Lúcia Blank** - Prog. de PG em Saúde Pública – Centro de ciências da Saúde - UFSC

**Virgínia Alonso Hortale e M<sup>a</sup> Auxiliadora Oliveira** – Coordenadora Adjunta de Pós-Graduação e Coordenadora Adjunta de Pesquisa, respectivamente, do Prog. de PG em Saúde Pública/ENSP